

VISÃO DO CORREIO

A saúde encarece, e o paciente paga

Os preços dos medicamentos sofrerão novo reajuste, a partir de hoje, autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed), com variações que podem ir de 1,13% a 3,81%, a depender do nível de concorrência de cada produto. Ainda que o percentual estimado seja considerado um dos menores dos últimos anos, a alta reafirma um problema estrutural: o custo contínuo da saúde no Brasil recai, de forma desigual, sobre o bolso dos pacientes.

O modelo brasileiro estabelece tetos de preços, não aumentos obrigatórios. Na prática, isso significa que os laboratórios têm autonomia para aplicar, ou não, o reajuste autorizado, dentro de um limite regulatório. O cálculo leva em conta inflação, produtividade da indústria e fatores de mercado, numa fórmula que tenta equilibrar sustentabilidade econômica e acesso. Ainda assim, a realidade cotidiana mostra que, mesmo quando os índices são considerados “moderados”, o impacto acumulado sobre as famílias é significativo.

Para pacientes crônicos — hipertensos e diabéticos, por exemplo —, o reajuste não é uma abstração econômica, mas um custo inevitável e recorrente. Diferentemente de outros bens de consumo, medicamentos não são passíveis de adiamento. A cada aumento, ainda que pequeno em termos percentuais, amplia-se o risco de abandono de tratamento, de redução de doses por conta própria ou de substituições inadequadas. O que para o mercado representa ajuste técnico, para milhões de brasileiros se traduz em dilema cotidiano entre saúde e orçamento.

A desigualdade agrava esse cenário. Em um país em que grande parte da população depende de renda instável, a elevação contínua dos preços de medicamentos aprofunda barreiras de acesso.

Programas de desconto e a concorrência de genéricos ajudam, mas não resolvem o problema estrutural, sobretudo em segmentos com baixa competição — justamente aqueles com menor margem de reajuste autorizado, mas frequentemente com preços já elevados e pouca alternativa terapêutica.

É nesse ponto que se impõe uma reflexão sobre o papel das grandes farmacêuticas. Em um contexto de ganhos bilionários, cabe questionar até que ponto é razoável transferir, ano após ano, o peso integral dos reajustes para quem depende desses produtos para viver. Não se trata de inviabilizar a indústria, mas de reconhecer que medicamentos não são mercadorias comuns — são bens essenciais, cuja precificação envolve, necessariamente, uma dimensão ética.

Ao governo, por sua vez, cabe mais do que a definição anual de índices. A regulação de preços, embora importante, mostra-se insuficiente diante da complexidade do problema. É preciso fortalecer políticas públicas de acesso, ampliar a oferta de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde e garantir que a lógica de mercado não se sobreponha ao direito à saúde. A própria estrutura da Cmed, baseada em tetos e fórmulas técnicas, poderia ser revista para incorporar de forma mais direta os impactos sociais dos reajustes.

O aumento autorizado para 2026 pode ser, em números, um dos mais baixos da década. Mas a questão central permanece intocada. Em um país marcado por desigualdades profundas, até mesmo pequenos reajustes podem ter efeitos desproporcionais. E, enquanto o acesso a medicamentos seguir condicionado à capacidade de pagamento, o direito à saúde continuará sendo, para muitos, mais uma promessa do que uma realidade.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Privilégios

Muitos trabalhadores querem apenas um transporte público digno, com ônibus em boas condições, e que cheguem no horário para poder trabalhar. Enquanto isso, há quem queira privilégios, como usar avião para se deslocar. Diante disso, surge a pergunta: até onde esse tipo de comportamento vai chegar? Também preocupa o fato de ainda haver pessoas que seguem certos líderes cegamente e misturam política com religião.

» **Rafael Castro**

Brasília

Dívidas

O endividamento por apostas vai muito além da falta de educação financeira; é sintoma claro de uma sociedade com o sistema de recompensa exausto. Quando o cérebro vive sob pressão contínua e perde sua capacidade de regulação natural, ele passa a buscar picos artificiais e extremos de dopamina para tentar sentir algum alívio. O que começa como uma distração rápida sequestra o “freio biológico” do indivíduo. A raiz dessa crise não é apenas comportamental; ela passa por um sistema nervoso que desaprendeu a encontrar o próprio ponto de equilíbrio.

» **Matheus Magalhães**

Goiânia(GO)

Cortina de fumaça

A CPMI do INSS termina sem relatório final. A cortina de fumaça envolveu o cenário e encobriu as responsabilidades dos autores principais, cujo protagonismo nem mesmo foi objeto de mérito na análise dos fatos. A verdade é que o circo é montado para uma plateia que jamais sairá com sorriso no rosto ou alegria disfarçada. Com certeza, o resultado não agradou a sociedade, que paga seus impostos e se vê ignorada nos seus anseios. A farsa dura o suficiente para não surtir o efeito que a população espera e já tem, desde o início, a certeza da dúvida. De fato, o Brasil nunca foi para amadores e continuará assim para sempre, com a digital dos profissionais da política partidária unidos em um só propósito: manipular os fatos e enganar o eleitor, que continua obrigado a votar e de decepcionar com os seus representantes.

» **Mariano Matoso**

Igarapé-Açu (PA)

Anel viário

Qualidade péssima do asfalto, cheio de imperfeições e buracos mal tapados, caminhões cada vez mais pesados, tráfego desses caminhões cada vez maior... E nada de um anel viário para diminuir os riscos para quem mora e trafega na região norte do Distrito Federal. Estão esperando uma tragédia acontecer para, aí sim, proporem uma solução, como sempre é feito no Brasil

» **Lucas Duarte**

Brasília

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

O que fazem, onde vivem, o que comem? Vice é engraçado: passa quatro anos em silêncio, quando assume, parece criança quando ganha um presente novo.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

No Brasil, há pelo menos 6,8 milhões de endividados por causa de bets. A China foi inteligente e proibiu tais jogos. Anteviu o desastre social!

Marcos Paulino — Vicente Pires

Cobrar 436% ao ano no rotativo é uma crueldade institucionalizada. Enquanto autoridades “estudam” o problema, milhões são engolidos por um sistema que lucra com a vulnerabilidade de quem não tem escolha. Não há justificativa técnica para um juro que beira o absurdo. Há, sim, complacência.

Pacelli M. Zahler — Sudoeste

A Copa tem que ser nos outros países-sede. Como pode um país que iniciou uma guerra quase mundial sediar uma Copa? Uma terceira guerra mundial por causa do petróleo, e os nossos jovens morrendo!

Luciana Gomes — Brasília

Guerra no Oriente Médio: o mundo deveria se preocupar mais com as vidas perdidas. Parece que o petróleo vale mais do que uma vida.

Patrícia Cardoso — Brasília

Tráfego limitado

Sempre falo que deveria voltar a regra de carretas não transitarem no DF em horário de alto fluxo. A gente sai cedo para levar as crianças para escola, a rua está tomada de caçambas cheia de entulho caindo para os lados, caminhão de carga. Realmente, é muito perigoso. E isso não ocorre só nas BRs. Na rua principal do Lago Sul, no Jardim Botânicos, também está complicado.

» **Vera Pimenta**

Brasília



RODRIGO CRAVEIRO

rodrigo.craveiro@gmail.com

Uma cicatriz em Goiânia

Eu tinha 11 anos e me lembro, como se fosse ontem, de quando o “bedel” — ou coordenador de disciplina — do colégio em que eu estudava entrou na sala com semblante carregado, em uma manhã de setembro de 1987, na minha cidade natal, Goiânia. “Houve um acidente muito grave aqui perto. Nenhum aluno está autorizado a deixar a escola. Aguardem seus pais aqui no pátio”, afirmou. Na minha inocência de criança (ou pré-adolescente), fiquei sem entender por que diabos um “acidente grave” impediria os estudantes de saírem do prédio e de esperarem pelos pais na calçada ou em alguma das praças da proximidade. Ao chegar em casa, tive uma dimensão do que havia ocorrido. Uma cápsula de chumbo com césio-137 tinha sido aberta a poucos quarteirões da escola.

Algumas memórias daqueles tempos me marcaram. Lembro-me de passar em frente ao Estádio Olímpico e ver uma fila imensa de gente posicionada diante de homens que pareciam astronautas segurando cintilômetros e contadores Geiger-Müller, enquanto “escaneavam” os corpos das pessoas. Também recordo-me do tempo em que eu e meu irmão gêmeo ficamos reclusos, em casa, acompanhando o noticiário pela televisão. As imagens dos tanques e contêineres em ruas que eram praticamente desmontadas a olhos vistos. Tudo aquilo virava lixo radioativo, enquanto os técnicos em energia nuclear monitoravam o vaivém das escavadeiras.

As cenas das vítimas mais graves sendo levadas para o Hospital Naval Marçílio

Dias, no Rio de Janeiro. O desespero de Devair Alves Ferreira, dono do ferro-velho que levou o césio-137 para casa e mostrou a luz azul brilhante para a família — o olhar vazio, de medo e dor, a partir da janela do Hospital Geral de Goiânia. Depois, o encontro de Devair com a atriz global Betty Faria, que deu uma lição de solidariedade e viajou à capital goiana para atender a um sonho do fã. As outras mortes e os sepultamentos no Cemitério Parque, sob os gritos e a revolta de pessoas tomadas pelo preconceito e pelo medo.

Quando me recordo daquele tempo, associo o álbum *Help!*, do The Beatles, à tragédia. Talvez porque escutasse as faixas com frequência, especialmente a música *Ticket to Ride*. Também marcou-me uma canção feita por Moacyr Franco em homenagem a Goiânia, que sofria todo tipo de discriminação. Virou campanha de conscientização pública e era veiculada sempre antes do Jornal Nacional. Tudo em meio às histórias de carros apedrejados em cidades do litoral, pelo simples fato de terem sido emplacados na capital de Goiás.

A série *Emergência Radioativa*, da Netflix, reacendeu em mim difíceis lembranças. Mas, também me fez enxergar como o altruísmo e o heroísmo de físicos nucleares, bombeiros, policiais, médicos e enfermeiros salvaram vidas. Faço duas ressalvas: o local de gravação, por direito e fidelidade histórica, deveria ter sido Goiânia. E os nomes e depoimentos das vítimas tinham que ser preservados. Que tragédia similar, causada pelo desleixo de empresários e autoridades, nunca mais se repita.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM	ASSINATURAS*
			SEG a DOM R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em emprebo terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h; domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.uuadapress.com.br